

## **PENSAMENTO POLÍTICO, CRÍTICA DA MODERNIDADE E CIÊNCIAS SOCIAIS**

Milton LAHUERTA

Com a publicação do Dossiê “Pensamento político, ciências sociais e crítica da modernidade”, o volume 38 de *Perspectivas* traz a lume um conjunto de oito textos, voltados à revisão crítica de temas decisivos da contemporaneidade, como o desenvolvimento, a dependência, a relação entre ciências sociais e práxis, a problematização da modernidade, o sentido e o significado do progresso, a questão da sustentabilidade, a emergência da literatura de autoajuda e os embates teórico-metodológicos envolvendo a ciência política e as ciências sociais em geral.

O dossiê se abre com o texto “As três interpretações sobre a dependência”, de Luiz Carlos Bresser-Pereira, no qual é resgatado o debate acerca desse tema tão negligenciado nas últimas décadas. Bresser-Pereira, após um período de aproximação relativa com posições pró-mercado, vem se empenhando já há alguns anos no sentido de contribuir para que a preocupação com o desenvolvimento e com a questão da dependência voltem a adquirir importância na agenda intelectual. Neste texto, ele procura mostrar como, durante os anos 1950, grupos de intelectuais públicos, a partir de um ponto de vista nacionalista, organizados em torno da CEPAL, em Santiago do Chile, e do ISEB, no Rio de Janeiro, pensaram a América Latina de forma pioneira. Tanto a CEPAL, com a discussão das vantagens comparativas, quanto o ISEB, ao demandar a constituição de uma ampla coalizão de classes, pretendiam apresentar estratégias de desenvolvimento como sustentáculo de amplos projetos nacionais. De certo modo, a Revolução Cubana e os golpes militares modernizantes expressam a derrota dessas proposições e foram fatores determinantes para o advento de

uma crítica radical ao nacional-desenvolvimentismo, em larga medida, estruturada com base em uma interpretação marxista da dependência. Essa crítica teria se dividido, essencialmente, em três correntes: a da super-exploração, a da contradição nacional-dependente e a da dependência associada. Para Bresser-Pereira, a última – a interpretação da dependência associada – teria se tornado hegemônica ao desmontar teoricamente as outras duas versões, que se sustentavam em perspectivas mais nacionalistas e/ou anti-sistêmicas sobre a questão. Com isso, nas décadas seguintes, os intelectuais e políticos de esquerda latino-americanos, influenciados por essas formulações, paulatinamente, teriam concentrado sua atenção nos problemas da democracia e da justiça social – problemas que eram de fato prementes –, abdicando assim do conceito de nação e se despreocupando com a questão do desenvolvimento. Segundo o artigo, o quadro começaria a se modificar apenas a partir dos anos 2000, com a eleição de governantes nacionalistas e de esquerda na América Latina, e com o gradual reconhecimento de que se estava a exigir a definição de um novo desenvolvimentismo – ou seja, de uma estratégia nacional de desenvolvimento adaptada ao contexto de globalização e ao estágio em que se encontravam as economias latino-americanas mais desenvolvidas. Seria justamente esse novo movimento teórico-político que estaria impondo a urgência de se recuperar debates considerados superados, como aqueles relativos à dependência e ao desenvolvimento.

O artigo de Ivo Coser, cientista político da UFRJ, analisa o pensamento político dos liberais brasileiros durante o século XIX, justamente no contexto histórico em que ele teve maior influência política. Seu objetivo principal é o de contestar a interpretação, bastante difundida entre nós, de que o pensamento liberal brasileiro teria se caracterizado, essencialmente, pela transposição de valores e instituições do mundo anglo-saxão, sem atentar para o meio social do país. Coser, recorrendo ao conceito de americanismo, tal como inicialmente proposto por Richard Morse, procura mostrar que o pensamento liberal brasileiro do período foi fortemente marcado pelo tema da heterogeneidade social e que, entre seus argumentos fundamentais, já estava presente a idéia de que os valores e as instituições liberais não poderiam funcionar de maneira idêntica à de seus contextos de origem. Para o autor, desde os seus primórdios no Brasil, o pensamento

liberal teria incorporado de fato a idéia de que instituições descentralizadas permitiriam que o cidadão, a partir da afirmação de seus interesses individuais, construísse uma esfera pública marcada pela separação entre o público e o privado, e pela afirmação da liberdade. Em sua empreitada, Coser mobiliza a categoria de “interesse bem compreendido”, formulada por Tocqueville, e procura demonstrar que a vigência dessas idéias entre os liberais brasileiros não teria decorrido de nenhum tipo de imitação, sendo expressão, pelo contrário, de uma efetiva preocupação de encontrar soluções para o imperativo de se construir a autoridade pública no país.

No texto “A natureza dos românticos brasileiros: uma leitura da sociologia ambiental”, Ana Carolina Vila Ramos Santos se propõe a fazer uma breve incursão na história da relação entre natureza e sociedade no pensamento social brasileiro para lançar luz sobre os estudos contemporâneos de sociologia ambiental. Em sua perspectiva, as raízes da crítica ecológica atual deveriam ser buscadas nas primeiras formulações do romantismo brasileiro, em meados do século XIX. Para evitar o que qualifica como certos “absurdos históricos” – que atribuem a contextos históricos muito peculiares idéias e valores próprios da contemporaneidade –, Ana Carolina procura analisar e compreender a natureza dos românticos a partir de seu próprio tempo, sociedade e cultura. Nesse sentido, pretende mostrar que neles a preocupação com a natureza só pode ser bem compreendida se for articulada de modo forte com a questão nacional. Entre a Independência do país e a proclamação da República, a conformação de uma civilização nos trópicos, assim como a perspectiva de superação do “atraso”, teria atormentado a elite política e intelectual. Não obstante, essa ânsia pelo progresso como caminho para se construir uma nação civilizada era, sistematicamente, contrastada pelas condições estruturais vigentes no país. A contextualização das formas pelas quais historicamente se pensou a relação entre natureza e sociedade teria como principal objetivo avaliar as possibilidades de produção de novas reflexões e novos modos de análise – teóricos e metateóricos – capazes de abarcar a complexidade dessa relação na atualidade. Para a autora, localizar a questão ambiental no interior do pensamento social e político do país significaria uma oportunidade de dar asas à capacidade heurística dessa problemática, afirmando-a como essencial à

reflexão sociológica atual e reconhecendo sua centralidade para a sociedade contemporânea.

O trabalho de Fátima Cabral e de Lúcia Arrais Morales, “A trágica sustentabilidade em um mundo sem transcendência”, é bastante polêmico. Tomando por base uma reportagem sobre um casamento realizado na Avenida Paulista, definido por seus organizadores como ecologicamente correto, as autoras tratam da questão da sustentabilidade, procurando inseri-la no que consideram ser uma escala de análise mais abrangente. Nesse sentido, com base numa literatura crítica da sociabilidade capitalista contemporânea, pretendem demonstrar que a racionalidade capitalista presente na lógica da competitividade e do desperdício é a mesma que comanda o ideário da sustentabilidade que norteia o movimento ambientalista. Para tanto, munidas de um conjunto de dados referentes à ação de grupos legais e ilegais, mostram como a prática da sustentabilidade abre novas e lucrativas frentes de acumulação enquanto contribui para o agravamento de danos irreversíveis ao meio-ambiente. Ou seja, ainda que reconheçam a questão do meio ambiente como um dos principais desafios colocados atualmente ao pensamento crítico, as autoras consideram insuficiente pretender apenas se controlar os excessos cometidos, da mesma forma que não vêem como efetiva a recomendação de uma política internacional de apoio recíproco entre comércio e meio ambiente. A conclusão, hiper realista, projeta um cenário sombrio, porém radical, ao considerar que face à impossibilidade do modelo capitalista deter o atual processo de destruição das condições de vida no planeta, somente a associação internacional dos movimentos sociais emancipadores poderá realizar uma efetiva mudança no rumo do atual processo civilizatório.

Fábio Mascaro Querido revisa a contribuição de Michel Lowy, cientista social brasileiro radicado na França há quatro décadas, que vem tentando realizar uma síntese singular entre o marxismo e a obra de Max Weber. Centrando-se em alguns aspectos da trajetória teórica e intelectual de Löwy, Querido destaca a importância de sua formação intelectual, ainda no Brasil, para a constituição de uma leitura heterodoxa do marxismo. Tal leitura, “aberta” e não-dogmática do marxismo, teria florescido no ambiente intelectual da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, localizada à época na Rua Maria Antonia no centro da cidade de São Paulo, instituição na qual Löwy fez o

curso de graduação em Ciências Sociais e onde iniciou sua militância política na esquerda. À época, início dos anos 1960, havia um clima de renovação intelectual e política na sociedade brasileira, que na cultura da Faculdade se traduziu numa leitura sistemática da obra maior de Karl Marx, *O Capital*, largamente inspirada em G. Lukács e Lucien Goldman, e gerou toda uma linhagem de estudos que mesclaram a dialética marxista com a lógica e as categorias weberianas. Ainda que esse tipo de síntese tenha sido mais freqüente nos estudos sobre Brasil, como bem o demonstra a prodigiosa linhagem de trabalhos produzidos pela chamada “escola uspiana de sociologia”, a ambiência cultural vivenciada então foi fundamental para a trajetória posterior de Löwy na França, quando ele pôde estabelecer gradativamente os alicerces de uma obra *indisciplinada* teoricamente, composta sob as injunções do cenário histórico e intelectual contemporâneo tão marcado pela crise da modernidade. Essa obra vasta dialogou criticamente com os mais variados temas das ciências sociais, distinguindo-se pela importância que conferiu à relação entre o marxismo e outras tradições teóricas, muitas vezes descartadas como burguesas e reacionárias. Nesse registro, o trabalho de Querido foca o modo singular e original como Löwy propõe a incorporação teórica da definição weberiana da modernidade, ao tomá-la como uma contribuição decisiva para a ampliação e revitalização da crítica marxista da civilização capitalista-moderna.

O esforço de Querido em resgatar a síntese de M. Löwy para dar conta dos dilemas da sociedade contemporânea, de certo modo, é complementado pelo texto de Javier Amadeo e Gonzalo Rojas, “Ciências Sociais e *praxis* do conhecimento”, no qual são apresentados argumentos bastante contundentes com relação ao modo como as ciências sociais contemporâneas têm sido desenvolvidas, em especial nas condições da chamada “modernidade periférica”. Os autores partem da premissa de que as ciências sociais estão atravessando uma séria crise de confiança epistemológica, cuja origem estaria na não realização plena das promessas que originariamente haviam legitimado o conhecimento científico, nem mesmo no centro do sistema. A partir deste diagnóstico, eles colocam-se a seguinte pergunta: ainda é possível construir formas de conhecimento comprometidas com a condição humana e fazê-lo a partir da periferia? Em sua análise tal empreendimento é possível, desde

que se restabeleça o vínculo entre elaboração teórica e prática social, como elemento central de uma práxis do conhecimento, e se questionem os fundamentos da ciência hegemônica, através da proposição de novas perspectivas para a sua superação. O texto pretende contribuir para o desenvolvimento de uma teoria do conhecimento crítica, *situada* tanto do ponto de vista político-ideológico quanto do geopolítico. Nesse sentido, os autores revelam uma pretensão ambiciosa e se inserem no vasto esforço de construção crítica do pensamento latino-americano, que tem se expressado em instituições como o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), através do questionamento da “colonialidade do saber”. Com base em vasta bibliografia, os autores vão defender que a construção de um projeto alternativo passa por uma crítica da modernidade ocidental que reconheça a periferia como o lugar de uma *modernidade subalterna*. Seu propósito não é nem o de homogeneizar nem o de catalogar as múltiplas formas da modernidade, menos ainda o de elevar a periferia por meio de um mandato semântico, mas sim o de desfazer formas coloniais de saber que fetichizam a Europa como portadora exclusiva da modernidade e esquecem a constituição transcultural dos centros coloniais e das periferias colonizadas. Para os autores, o questionamento do *locus* da modernidade feito desde suas margens pode criar as condições para uma crítica inerentemente desestabilizadora da modernidade mesma, pois, ao se desmontar a representação da periferia como a encarnação do atraso bárbaro, desmistifica-se também a auto-representação européia como a portadora exclusiva e universal da razão e do progresso histórico.

O texto seguinte, “Esboço de uma disciplina em crise: a disputa metodológica na ciência política norte-americana”, de Christina Andrews, traz uma reflexão extremamente instigante acerca da mais recente disputa metodológica na Ciência Política. Essa disputa tornou-se pública em 2003, quando um grupo de mais de 200 cientistas políticos norte-americanos manifestou-se contra a linha editorial adotada pela revista *American Political Science Review*, que dava preferência à publicação de artigos baseados em modelos matemáticos e na teoria dos jogos. O tema, ainda que centrado numa discussão relativa ao mundo acadêmico norte-americano, é de grande relevância em virtude da influência que as formulações teóricas *rational choice* tiveram no processo de afirmação acadêmica e de institucionalização da

Ciência Política entre nós, já que as mesmas foram tomadas como horizonte exclusivo de cientificidade no âmbito da disciplina. O artigo apresenta as origens históricas da fragmentação disciplinar das Ciências Sociais e discute suas consequências para a construção do conhecimento na área da Ciência Política na atualidade. Nesse sentido, indica a ocorrência de um declínio da Ciência Política quantitativa e especializada, com as abordagens interdisciplinares ganhando terreno, como se pode notar pela disseminação de estudos nas subáreas da Sociologia Política, Antropologia Política, Sociologia Econômica e Economia Política. Em sua perspectiva, esse processo, longe de representar um aprofundamento da fragmentação, sugere que há uma nova dinâmica em ação, fomentando a reconstrução do *corpus* das Ciências Sociais. A razão para tal mudança seria objetiva: a força que levou à fragmentação disciplinar no século XX – a economia capitalista em acelerada expansão – estaria agora em declínio; há uma nova dinâmica em curso, estimulada pelas crises do início do século XXI, que demanda abordagens mais abrangentes, capazes de ir além das fronteiras disciplinares, e exige também a consideração de questões práticas.

O volume se encerra com um texto de Carla Giani Martelli, no qual se procura compreender o sucesso editorial do segmento da autoajuda a partir das últimas décadas do século passado. A explicação básica é que os livros de autoajuda se propõem a ser *meios* para que as pessoas consigam se transformar, já que mudar, permanentemente, é cada vez mais uma questão de sobrevivência e estar preparado para mudança é uma questão de competência. Estaríamos vivendo numa época na qual o ritmo das mudanças se acelera, impondo aos indivíduos a ampliação de sua capacidade de refletir sobre o que está acontecendo. Do mesmo modo, as incertezas geradas e ampliadas nesse processo de aceleração abrem espaço para as receitas e os modelos de autoajuda que procuram ensinar o melhor meio para os indivíduos se adaptarem às mudanças. Como consequência dessa dinâmica, emergem formas de racionalidade alternativas, que possibilitam a legitimação do tipo de saber professado pelos gurus da autoajuda. Especialmente porque, ao aumentar o nível de incerteza e de angústia, a autoajuda adquire uma função terapêutica que se legitima por sua capacidade de estimular nos indivíduos a força para enfrentarem os dilemas da *modernidade radicalizada*. Por paradoxal que possa parecer, o próprio modelo

de competência que impera no imaginário organizacional contemporâneo contribui para o florescimento desse tipo de ensinamento através do qual se procura unir à “indústria do aconselhamento” a “indústria do otimismo”.

Mas, o mais interessante na démarche de Martelli é a maneira como, a partir da análise do fenômeno editorial da literatura de autoajuda, ela procura apontar as ambigüidades da modernidade radicalizada, marcada por um novo cenário global, por novas demandas e pela busca de novos paradigmas de explicação. No próprio fenômeno da autoajuda tal ambigüidade se manifestaria, já que, por um lado, se estimula a dimensão adaptativa, conformista e “instrumental”, mas, por outro, também são abertas novas possibilidades de “empoderamento” dos indivíduos, à medida que eles são instrumentalizados para escreverem suas próprias biografias. É nesse sentido preciso que a autora trata do *fenômeno* da autoajuda, não o limitando simplesmente ao *boom* editorial da literatura definida como tal, já que seus ensinamentos não estariam restritos a livros, manuais e palestras, mas determinariam valores, modos de ser, sentir e pensar a vida. Ou seja, para Martelli, tal fenômeno tem a ver com um ideal de natureza, de sociedade, de homem, de trabalhador, de competência, de sucesso e de felicidade, e, enquanto tal, reflete o “espírito de nossa época”, devendo ser analisado sob uma perspectiva complexa e paradoxal, tal como é essa nossa época, cheia de riscos, mas também, por isso mesmo, repleta de novas possibilidades, ainda que muitas vezes alienantes e não críticas.

Com se pode observar, este é um volume composto por temas candentes, tratados com muita verve crítica e bastante criatividade, além de grande ousadia teórica e metodológica. Motivos mais que suficientes para estimular o leitor atento. Vale a pena conferir!